

RELATÓRIO DE
TRANSPARÊNCIA
FISCAL

// DATA BASE: 2Q23 // EDIÇÃO 12



GOVERNO
DO ESTADO
**RIO
GRANDE
DO SUL**
SECRETARIA DA FAZENDA

O RTF

O que é?

Publicação quadrimestral da Sefaz RS, com análise das receitas e despesas da administração fiscal e dos principais passivos e contingências.



Objetivo:

Ampliar a transparência na gestão financeira dos recursos públicos, desde o seu ingresso nos cofres do Tesouro até a sua aplicação.

Dados utilizados:

- Fonte: Cage, Receita Estadual e Tesouro do Estado
- Dados consolidados da Administração Direta, autarquias e fundações
- **Valores nominais**, exceto quando expressamente qualificado



CRITÉRIOS DE DEPURAÇÃO DOS DADOS

Exclusões de receitas e despesas

- Transferências de ICMS e IPVA aos municípios. Transferências ao FUNDEB.
- Receitas e despesas intraorçamentárias, pois são repasses entre entidades do próprio Governo (exemplo: do Tesouro para o IPE)
- Despesas ao longo do exercício pelo critério liquidado

Objetivo:

Apresentar os recursos efetivamente captados da sociedade e que estão disponíveis para os dispêndios do Estado, evitando duplas contagens de receitas e despesas que inflam os números totais do orçamento.



Valores:

- Excluídas receitas intraorçamentárias: **R\$ 10,5 bilhões** (2Q23) e R\$ 9,8 bilhões (2Q22)
- Excluídas despesas intraorçamentárias: **R\$ 10,7 bilhões** (2Q23) e R\$ 10,4 bilhões (2Q22)

DESTAQUES 2Q23

Resultado orçamentário

positivo de R\$ 6,6 bilhões (2Q23) vs R\$ 4,9 bilhões (2Q22)

Resultado primário

positivo de R\$ 2,9 bilhões (2Q23) vs R\$ 3,4 bilhões (2Q22)



Compensação LC 194/2022:

R\$ 334 milhões, desses valores foram transferidos R\$ 134 milhões aos municípios (25%) e Fundeb (15%).



Indicador de dívida LRF no 2Q23 (188,67%), abaixo de 200%



Serviço da Dívida com a União aumentou R\$ 927 milhões no 2Q23 vs 2Q22, por conta do aumento da “escadinha” do RRF, lembrando que sem o RRF, o RS teria de pagar valores mais elevados



Receita Corrente Líquida de R\$ 53,1 bilhões (acum. últimos 12 meses): Aumento de 2% vs 2Q22 (R\$ 52,2 bilhões)



DESTAQUES 2Q23

Queda da arrecadação de ICMS (2Q23): Perda Bruta de R\$ 863 milhões e Líquida de R\$ 505 milhões vs 2Q22, principalmente pelos impactos da LC 194/22



Aumento da Despesa de Precatórios: R\$ 1,1 bilhão (2Q23) versus R\$ 498 milhões (2Q22) como reflexo de melhorias processuais que aceleraram o fluxo de pagamento. Essa despesa deve aumentar ainda mais com a contratação de operação de crédito para pagamento de precatórios.



Despesas de Pessoal (+8% vs 2Q22): crescimento impulsionado pela revisão geral de 6% e pelo reajuste do Piso Nacional do Magistério e alteração de cargos em comissão e funções gratificadas



Indicador de pessoal LRF Poder Executivo avançou para 46,99% (acima do limite prudencial 46,55%), **próximo ao limite legal** (49%)

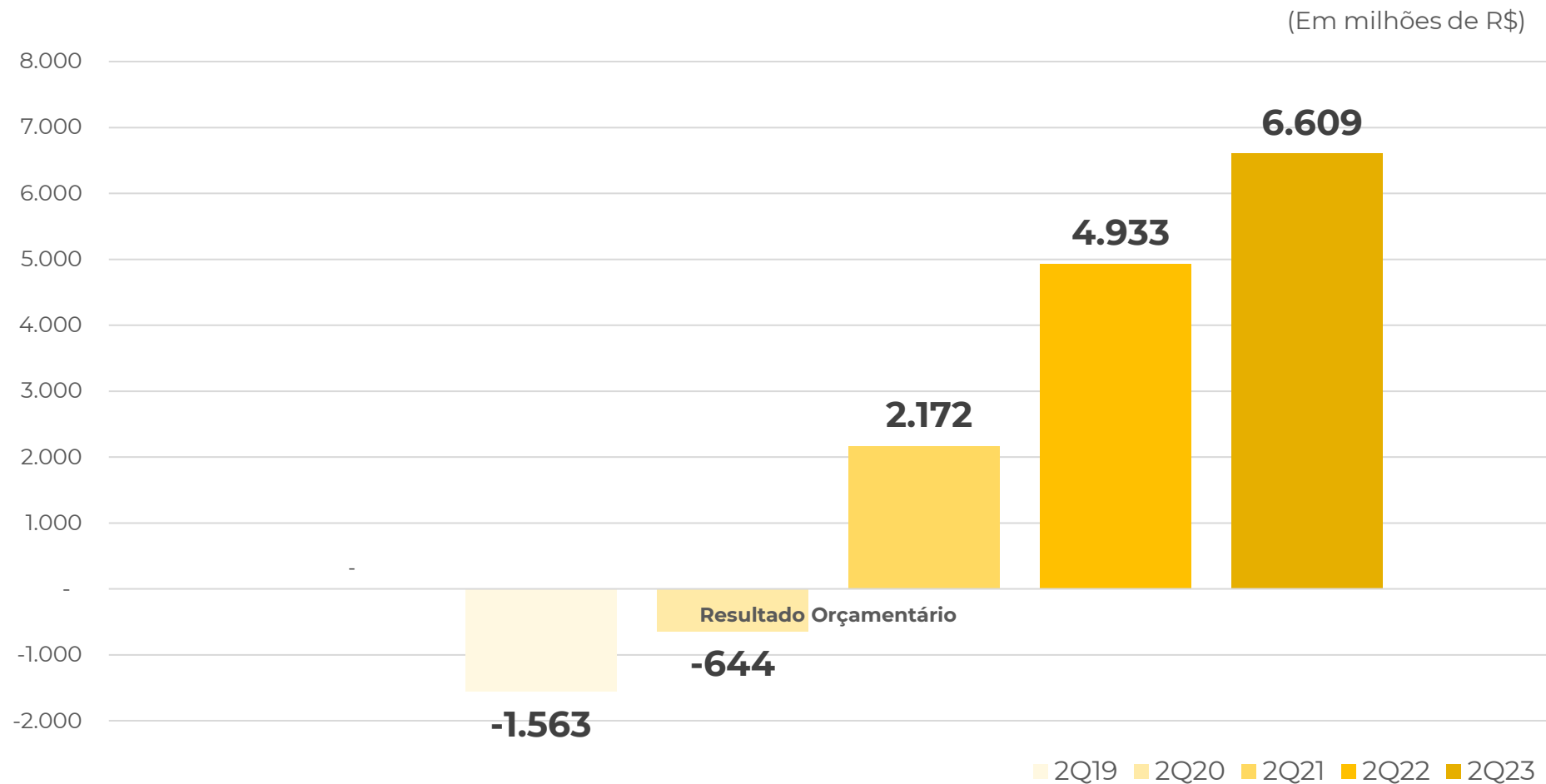
Privatização da Corsan: receita de capital de R\$ 4,0 bilhões



**PRINCIPAIS
RESULTADOS 2Q23
E SÉRIE HISTÓRICA**

**O
futuro
nos
une.**

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

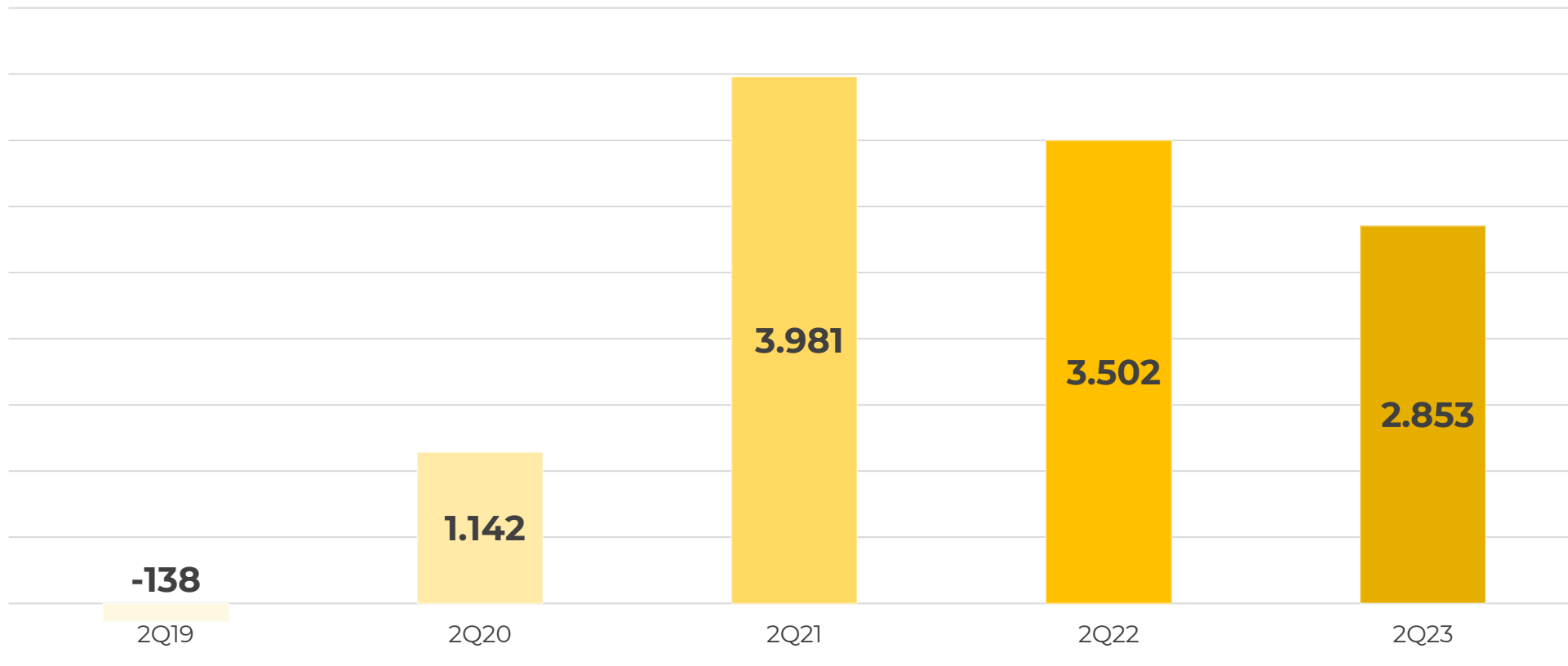


Nota: Resultado Orçamentário Efetivo, sem operações intraorçamentárias (dupla contagem contábil).

RESULTADO PRIMÁRIO

(Metodologia Nova – Regime de Caixa)

(Em milhões de R\$)

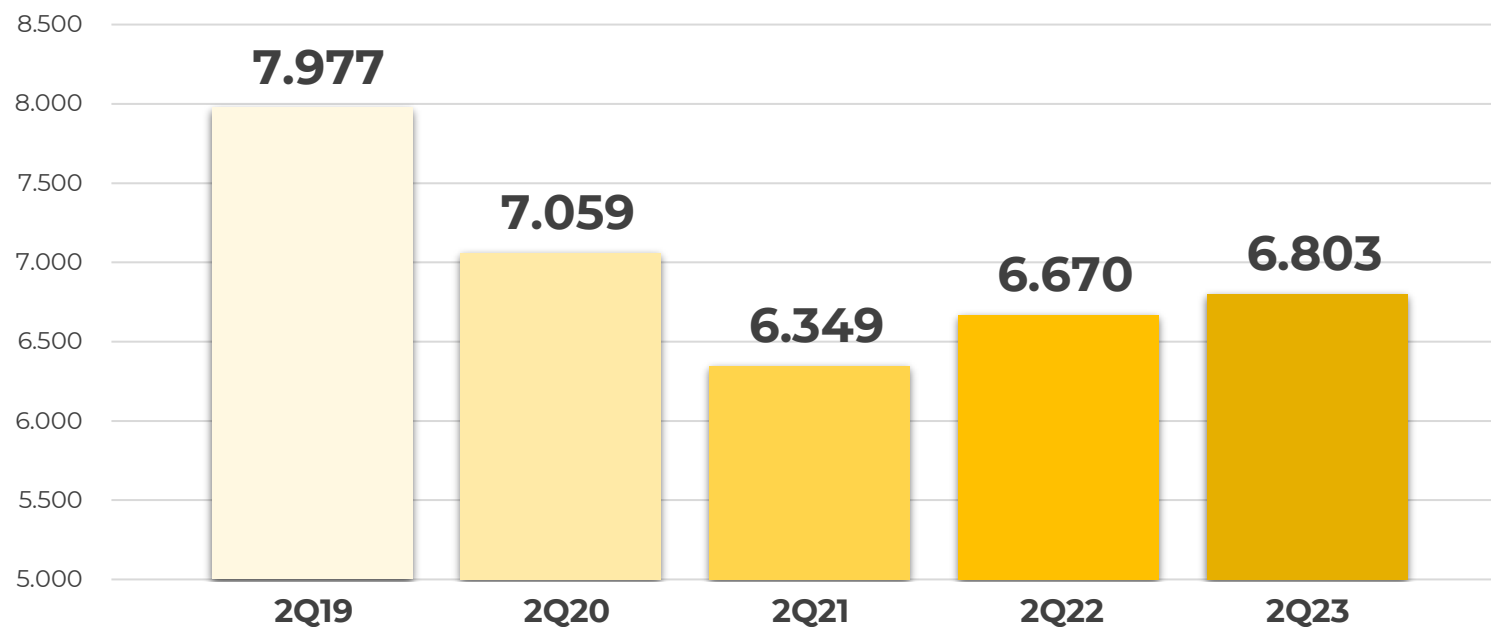


Nota: Resultado Primário (critério caixa). A partir do 2Q23, sem RPPS. Para fins informativos, se incluído o RPPS, o Resultado Primário do 2Q23 seria R\$ 3,3 bilhões.

DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO

(Fundo Financeiro)

(Em milhões de R\$)

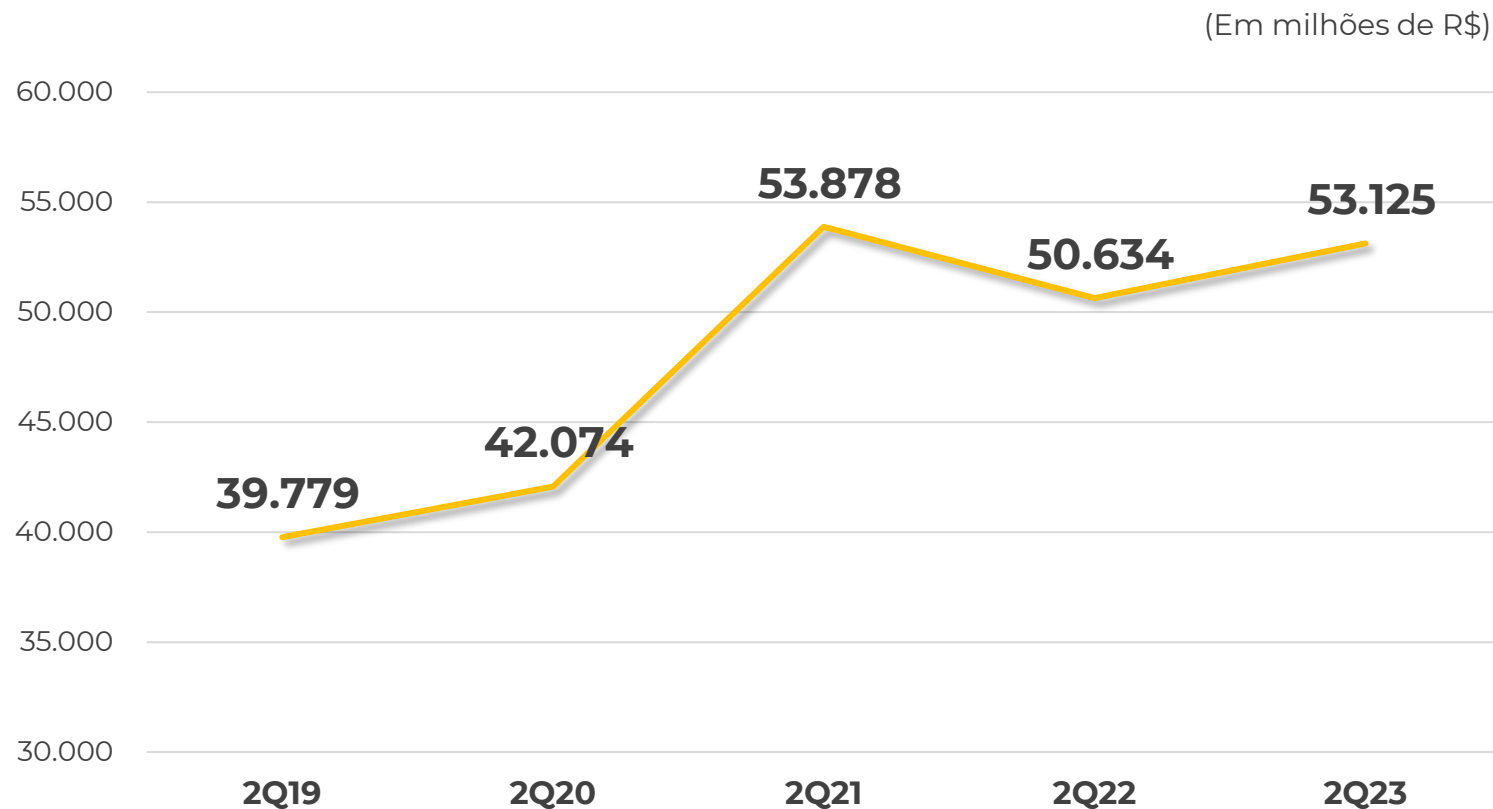


Aumento do déficit de 2,0% vs 2Q22

Reajustes salariais
(revisão geral de 6% que passou a ser paga a partir de maio 2022 e Piso Nacional do Magistério)

Nota: não inclui as despesas administrativas.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



RCL 2Q23 (últimos 12 meses) de R\$ 53,1 bilhões

Aumento decorre principalmente dos seguinte fatores:

- Aumento das receitas patrimoniais pelo reconhecimento receita orçamentária de rendimento de Siac dos Poderes e da receita de dividendos da Corsan sem fluxo de caixa.



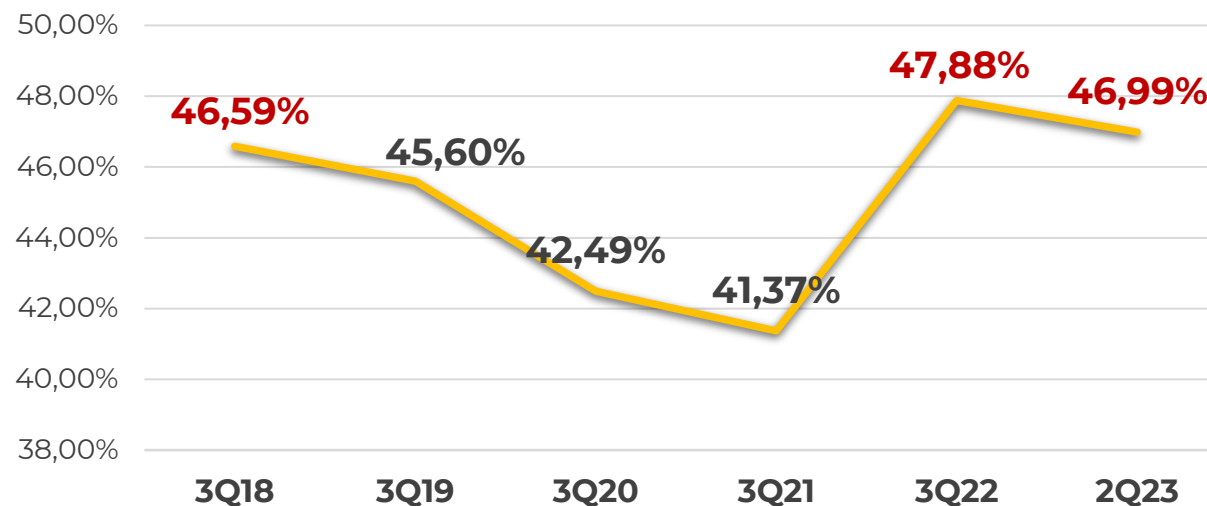
RCL é a referência para aplicação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

DESPESA DE PESSOAL

Convergência com metodologia STN a partir de jan-22 impacta o indicador de Despesa com Pessoal (DP/RCL):

- DP: inclusão das despesas com auxílio bolsa de estudos, Abono Permanência EC 41/03 – RPPS e Gratificação de Direção
- RCL: dedução de perda do FUNDEB a partir de jan-2022

%DP/RCL PoderExecutivo



Conversão completa ao critério federal em 2022

PODER EXECUTIVO

46,99%

Acima do limite prudencial (46,55%).
Próximo do limite legal (49%)

TODOS OS PODERES

55,33%

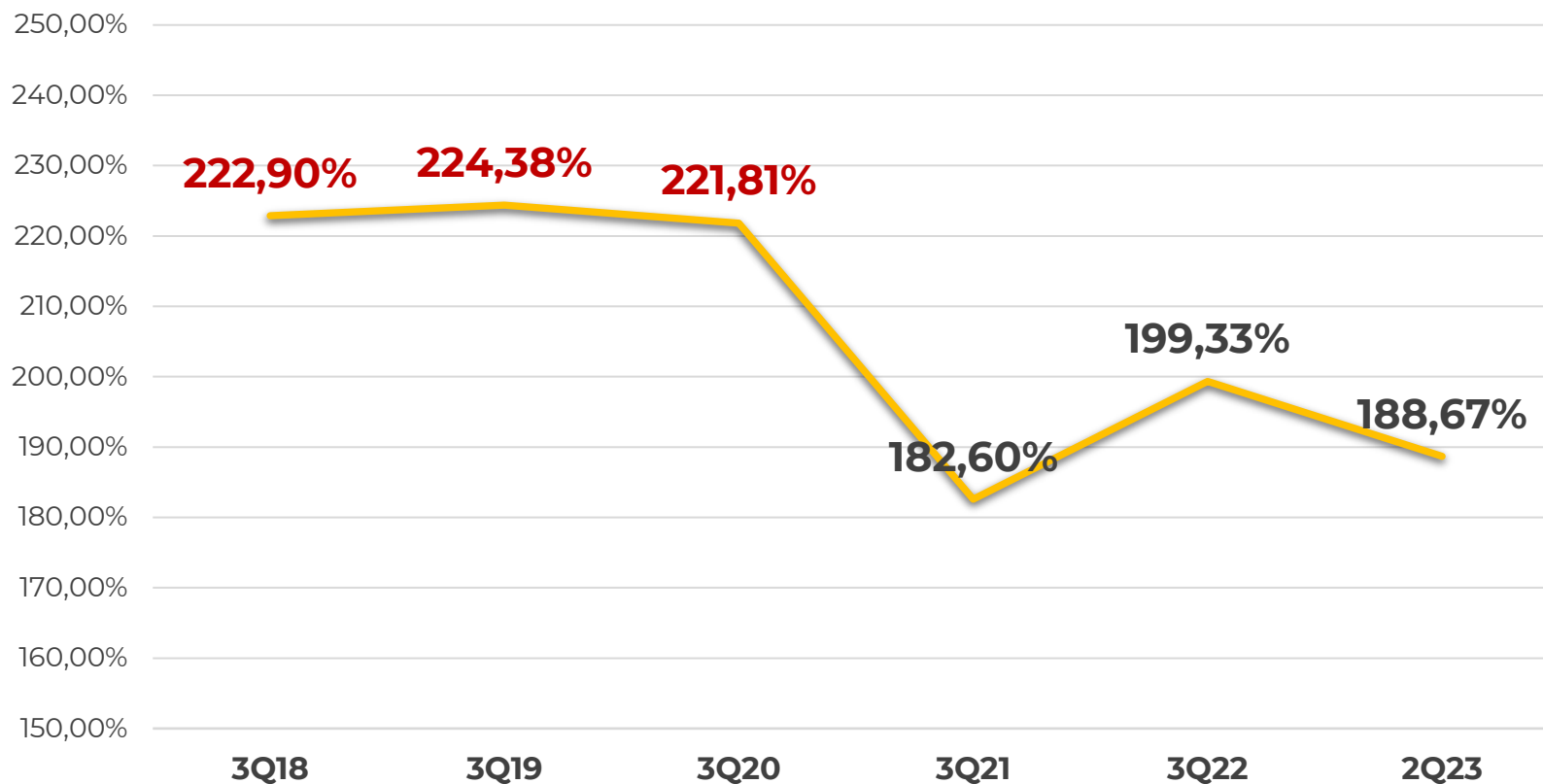
Abaixo do limite prudencial (57,0%).

OBS: a partir de jan-21 os indicadores passaram a incluir os pensionistas e o IRRF, conforme LC 178 e EC 109. A partir de jan-22, inclusão das despesas com auxílio bolsa de estudos, Abono Permanência EC 41/03 – RPPS, Gratificação de Direção e dedução das perdas com FUNDEB na RCL.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)

Convergência metodológica com STN a partir de jan-22 impacta o indicador de Dívida Consolidada Líquida (DC/RCL)

- RCL: dedução de perda do FUNDEB a partir de jan-2022
- DCL: padronização metodológica dos registros contábeis dos saques dos depósitos judiciais às orientações STN + cancelamento dos restos a pagar da dívida com a União



Indicador de dívida LRF continua abaixo de 200%

RECEITAS 2Q23

O
futuro
nos
define.

RECEITA TOTAL EFETIVA

RS tem elevada autonomia fiscal: impostos correspondem a 54% da RTE

R\$ 42,9 bilhões

Receita Total Efetiva no 2Q23

+R\$ 6,0 bilhões

aumento vs 2Q22

+16%

Aumento nominal vs 2Q22

Receita Total Efetiva no 2Q22:
R\$ 37,0 bilhões

Principais fatores que explicam o aumento da receita 2Q23 vs 2Q22:

- Privatização da Corsan R\$ 4,0 bilhões.
- Dividendos da Corsan sem fluxo de caixa R\$ 1,4 Bilhão.



* Caso se incluam recursos intraorçamentários, a **Receita Total soma R\$ 53,4 bilhões.**

RECEITA TOTAL EFETIVA

Valores em R\$ milhões	2Q23	2Q22	D R\$	D %
RECEITAS CORRENTES (exceto intraorçamentárias)	38.722	35.786	2.936	8%
RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	23.132	23.081	52	0%
CONTRIBUIÇÕES	3.403	3.386	16	0%
RECEITA PATRIMONIAL	3.393	788	2.604	330%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES LÍQUIDAS	7.666	7.556	110	1%
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.129	974	154	16%
RECEITAS DE CAPITAL	4.183	1.218	2.964	243%
RECEITAS TOTAIS EFETIVAS	42.905	37.004	5.901	16%

- **Receita Bruta de ICMS** de R\$ 28,7 bilhões corresponde à queda nominal de R\$ 863 milhões vs 2Q22, em função dos efeitos da LC 194
- **Receita Patrimonial:** R\$ 627 milhões são referentes ao reconhecimento de receitas de rendimentos do SIAC e R\$ 1,4 bilhão a títulos de dividendos da Corsan sem fluxo de caixa.
- **Receita de Capital:** Privatização da Corsan (R\$ 4,0 bilhões em 2023) da Sulgás (R\$ 955 milhões 2022).

RECEITA TRIBUTÁRIA

2Q22

- ICMS R\$ 29,6 bi
- IPVA R\$ 2,7 bi
- IRRF R\$ 2,0 bi
- ITCD R\$ 791 mi

R\$ 28,7 bilhões

ICMS bruto caiu 3%

R\$ 3,1 bilhões

IPVA bruto cresceu 16% (valorização da frota, nova política de descontos mais atrativos para antecipação do tributo e o alto percentual de adimplência dos motoristas gaúchos para o pagamento do tributo)

R\$ 2,3 bilhões

IRRF cresceu 10% (aumento de 8% na despesa com pessoal + alteração na retenções sobre as contratações do Estado (Decreto 56.662/2022))

R\$ 746 milhões

ITCD caiu 6% (arrecadação extraordinária de R\$ 100 milhões em abril/2022)

RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA PRATICAMENTE ESTÁVEL COM O AUMENTO DO IPVA e IRRF, COMPENSANDO A QUEDA DE ICMS E ITCD.

DESPESAS 2Q23

O
futuro
nos
une.

DESPESA TOTAL EFETIVA

Gastos com Pessoal: 64%
da Despesa Total Efetiva

R\$ 36,3 bilhões

Despesa Total Efetiva no 2Q23

+ R\$ 4,2 bilhão

vs 2Q22

+ 13%

vs 2Q22

** incluindo recursos intraorçamentários, a Despesa Total soma **R\$ 47,0 bilhões***

Despesa 2Q22:
R\$ 32,1 bilhões
Aumento na DTE

Aumento

- Despesa com Pessoal (R\$ 1,7 bilhões)
- Aumento das despesas com dívida em função da “escadinha” do RRF (R\$ 745 milhões)
- Aumento das Inversões Financeiras (+1,3 bilhões) pela operação sem fluxo de caixa de dividendos da Corsan.
- **Redução Investimentos** (R\$ 590 milhões)

DESPESA TOTAL EFETIVA

R\$ milhões	2Q23	2Q22	Δ R\$	Δ %
DESPESAS CORRENTES	33.807	30.520	3.287	11%
Pessoal e Encargos	23.286	21.603	1.683	8%
Dívida (Juros e Encargos)	948	203	745	367%
Outras Despesas Correntes	9.574	8.715	859	10%
DESPESAS DE CAPITAL	2.488	1.551	938	60%
Amortizações de Dívida	413	231	182	79%
Investimentos	588	1.178	-590	-50%
Inversões Financeiras	1488	142	1.346	950%
DESPESAS TOTAIS EFETIVAS	36.296	32.071	4.225	13%

- **Despesas de Pessoal:** crescimento impulsionado pela revisão geral de 6%, reajuste Piso do Magistério e reestruturação das funções gratificadas e cargos em comissão.
- **Juros e Encargos e Amortização da Dívida:** parcelas pagas à União conforme parcelamento do RRF (+ R\$ 927 milhões)
- **ODC:**
 - Aumento na função saúde (R\$ 704 milhões);
 - Redução Encargos Especiais – remuneração de depósitos judiciais extraorçamentário em 2023 (R\$ 305 milhões).

INVESTIMENTOS

Destques (2Q23):

- **R\$ 127 milhões**

Pavimenta RS

- **R\$ 42 milhões**

Aquisição de equipamentos agrícolas

- **R\$ 55 milhões**

Construção de rodovias

R\$ 588 milhões

1,6% da Despesa Total Efetiva

-R\$ 590 milhões

vs R\$ 1,2 bilhão do 2Q22, apesar da queda em relação ao quadrimestre de 2022, continua acima do patamar de 2021

-50%

Vs 2Q22

DÍVIDA, CONTINGÊNCIAS E PASSIVOS

O
futuro
nos
une.

DÍVIDA CONSOLIDADA

Saldo da Dívida Consolidada aumentou 9,5% em relação a agosto/2022, principalmente em função do aumento da Dívida com a União decorrente do:

- Aumento de R\$ 7,3 bilhões pela correção do CAM (Coeficiente de Atualização Monetária)
- Aumento de R\$ 4,7 bilhões em função do RRF
- Dívida Externa: Decréscimo de 10,4%, explicado pela amortização e pela cotação do dólar, que teve queda de quase 5% no período

	2Q23	% sobre o total	2Q22	% sobre o total
INTERNAS	90.793	79%	80.518	76%
UNIÃO¹	89.248	77%	78.980	75%
BNDES	431	0%	542	1%
BANCO BRASIL E CEF	642	1%	667	1%
RFB	281	0%	329	0%
DMAE POA	190	0%	0	0%
EXTERNAS	8.695	8%	9.707	9%
BIRD	6.816	6%	7.676	7%
BID	1.878	2%	2.031	2%
TOTAL DÍVIDA CONTRATUAL	99.488	86%	90.225	86%
PRECATÓRIOS	15.970	14%	15.229	14%
TOTAL DÍVIDA CONSOLIDADA	115.457	100%	105.455	100%

(1) Inclui um saldo acumulado de R\$ 16,4 bilhões que foram refinanciados em fevereiro/2022, referente aos valores das parcelas que estavam suspensas desde julho de 2017, por conta da liminar do STF.

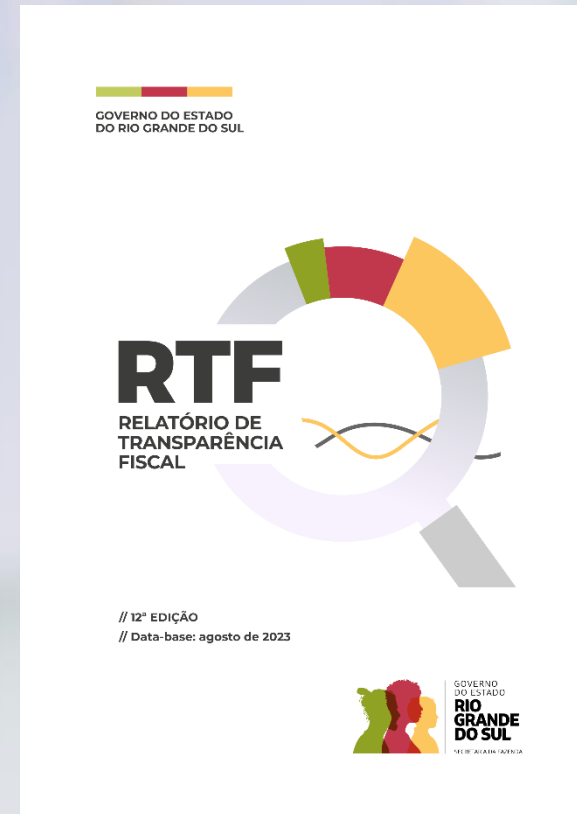
OUTROS PASSIVOS

- **RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:** redução de R\$ 200 milhões (2Q22) para R\$ 131 milhões (2Q23)
- **DEPÓSITOS JUDICIAIS:** total utilizado de R\$ 10,5 bilhões, sendo R\$ 10,0 bilhões referentes ao estoque de terceiros. Recursos não sacados somam 29% do estoque de terceiros (acima dos 5% previsto em lei estadual).
- **DÍVIDAS DO CAIXA ÚNICO*:** passivo de R\$ 1,7 bilhão no 2Q23, muito aquém do passivo de R\$ 8,3 bilhões registrado em dezembro de 2018.

**excluindo depósitos judiciais*

Relatório de Transparência Fiscal

ACESSE NA ÍNTEGRA



Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul

MAIS INFORMAÇÕES

ACESSE OS RELATÓRIOS



Relatório Anual da Dívida



Tesouro do Estado

RS Contábil



Cage – Contadoria e
Auditoria Geral do Estado

Painel da Arrecadação



Receita Estadual

Obrigado

OUTUBRO 2023



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA FAZENDA